



Presidência da República  
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
**ATA**

**3<sup>a</sup> REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2025**

**CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

**[Mandato 2025-2027]**

Brasília - DF, 7 e 8 de outubro de 2025

**I. Abertura e boas-vindas**

1. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realizou a 3<sup>a</sup> Reunião Plenária Ordinária de 2025, nos dias 07 e 08 de outubro de 2025, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF. A abertura da reunião e coordenação dos trabalhos foi feita pela Presidenta do Consea, Elisabetta Recine.
2. Participaram da 3<sup>a</sup> Reunião Plenária Ordinária de 2025 representantes de 41 Organizações da Sociedade Civil componentes do Consea; de 8 Ministérios componentes do Consea; 18 Presidentes de Conseas Estaduais; além de 68 participantes integrantes de instituições governamentais e da sociedade civil que têm relação com a agenda de segurança alimentar e nutricional, mas que não são conselheiros titulares ou suplentes, totalizando 135 participantes de 95 organizações. Registra-se que as listas de presença, por categoria, estão arquivadas na Secretaria-Executiva do Consea (SE Consea).
3. Essa Ata contém os seguintes Anexos: A - Pauta aprovada para a 3<sup>a</sup> reunião plenária ordinária do mandato 2025-2027; B - Carta enviada à Ministra de Estado de Planejamento e Orçamento (MPO) e ao Ministro de Estado da Fazenda (MF).
4. A existência de quórum na Plenária foi verificada pela Secretaria-Executiva do Consea.
5. A Plenária aprovou a ata da 2<sup>a</sup> Reunião Plenária Ordinária de 2025.
6. A Presidenta do Consea sugeriu que fosse elaborada uma carta, a partir das discussões da plenária, para ser enviada à Ministra de Estado de Planejamento e Orçamento (MPO) e ao Ministro de Estado da Fazenda (MF), tendo em vista que os mesmos não puderam comparecer para compor a mesa. A plenária aprovou a elaboração e envio da carta.
7. A Plenária aprovou a pauta alterada e deu a continuidade à reunião.

**I. Pronunciamento Ministerial**

8. O Senhor Osmar Ribeiro, ministro substituto do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), destacou que o MDS reafirma seu compromisso com a integração de políticas públicas e celebra os

avanços recentes do Brasil no combate à fome. Ele ressaltou que a retomada de políticas já testadas anteriormente demonstrou resultados concretos e confirmou a viabilidade do projeto defendido pelo presidente Lula, que considera inaceitável que um país conviva com a fome. O palestrante enfatizou o compromisso de Estado para erradicar a fome e fortalecer um sistema de segurança alimentar e nutricional que impeça retrocessos. Por fim, Osmar pontuou a importância do orçamento público como expressão máxima das prioridades governamentais, lembrando que, para Lula, é fundamental colocar o povo no orçamento. Por fim, reconhece-se que o debate no Congresso é difícil, mas que a força política e social em torno desse tema é crescente, alimentando esperança para o futuro.

9. O senhor Márcio Macedo, ministro da Secretaria-Geral (SG) da Presidência da República, indicou a importância da elaboração de um documento pelas(os) conselheiras(os) do Consea que apresente as reflexões do conselho sobre os desafios orçamentários. Esse material serviria como base para iniciar um diálogo qualificado com o governo, apresentando uma proposta concreta sobre as necessidades de financiamento e as responsabilidades do governo federal. Ele sugeriu que haja um debate aprofundado sobre o tema, orientado pela perspectiva da sociedade civil sobre o orçamento. O palestrante destacou a importância da participação social na formulação de políticas públicas, destacando a realização do planejamento participativo do Governo Lula, que resultou um planejamento que reflete as prioridades da sociedade brasileira para o Brasil, incluindo o orçamento público.
10. Márcio ressaltou, ainda, que os investimentos em políticas públicas, especialmente as de combate à fome e redução das desigualdades, são prioridades do governo Lula. Ele pontuou a complexidade do debate orçamentário, que abarca questões de ajuste fiscal, disputas com o legislativo, política econômica e pressão do mercado e da mídia em contraposição à pressão da sociedade civil para a garantia de financiamento adequado para as políticas públicas que possibilitem a transformação social brasileira. Por fim, reforçou a relevância do debate sobre o tema no Consea, para que a sociedade civil representada no conselho emita suas reflexões de forma independente do governo.

## **II. Financiamento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Sisan**

11. A senhora Nathalie Beghin informou que o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) utiliza uma metodologia baseada em direitos humanos para analisar o orçamento, fundamentada em normas internacionais (Declaração Universal, PIDESC) e na Constituição brasileira. Essa abordagem considera cinco pilares, dos quais dois foram destacados, Financiamento com justiça e Mobilização máxima dos recursos disponíveis. Em relação ao primeiro pilar, a palestrante pontuou que a arrecadação deve promover igualdade, evitando corrigir desigualdades apenas por meio dos gastos. Já sobre o segundo, ela destacou que o Estado deve articular políticas fiscais, financeiras e cambiais para garantir recursos suficientes à realização progressiva dos direitos. Políticas de austeridade, por exemplo, são

vistas como violadoras de direitos, pois afetam desproporcionalmente mulheres e pessoas racializadas.

12. Nathalie prosseguiu apresentando os três últimos pilares da análise orçamentária baseada em direitos humanos. A Realização Progressiva de Direitos, que significa que as políticas devem evoluir continuamente, evitando retrocessos, tanto quantitativos, quanto qualitativo. O pilar da Não Discriminação, que reforça que as ações devem combater desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, reconhecendo que políticas universais podem reproduzir discriminações. E por fim, o da Participação Popular, que determina que programas e políticas devem ser construídos de forma participativa. A palestrante ressaltou que a recomendação é avaliar orçamentos à luz desses cinco pilares e que o orçamento é fruto de disputas políticas e relações de poder desiguais.
13. Ela indicou que, no Brasil, o sistema tributário é regressivo, pois a maior parte dos tributos incide sobre consumo, fazendo com que os mais pobres paguem proporcionalmente mais impostos que os ricos. Nathalie apontou que há duas grandes limitações nas despesas do orçamento público brasileiro: as emendas parlamentares, que hoje representam aproximadamente 25% dos recursos discricionários; e o novo arcabouço fiscal, o qual impõe limites rígidos ao crescimento de gastos.
14. A palestrante informou que o governo busca equilibrar as contas públicas, mas ainda sob forte influência da narrativa de evitar déficit fiscal. Entre as medidas para aumentar receitas, destaca-se a taxação de fundos offshore e exclusivos e restrições a novos incentivos fiscais. Apesar desses esforços, persistem cortes e limitações nos gastos devido ao novo arcabouço fiscal, afetando programas sociais e grupos vulneráveis, como mulheres e pessoas racializadas. Há bloqueios orçamentários, revisão de benefícios, restrição ao aumento real do salário-mínimo e competição por recursos entre programas, como o Pé de Meia. No geral, o orçamento não cumpre os critérios de direitos humanos: financiamento justo (o sistema tributário é regressivo), mobilização máxima de recursos (juros altos e austeridade reduzem investimentos), e outras dimensões também são comprometidas.
15. Nathalie destacou que o governo apresenta avanços parciais nos cinco pilares dos direitos humanos. Houve progresso na realização progressiva de direitos, especialmente na redução da insegurança alimentar, embora persistam déficits em áreas como habitação e educação. Em relação à não discriminação, foram reconstruídas instituições voltadas à inclusão, mas as desigualdades de gênero, raça e classe continuam elevadas. A participação social também melhorou, porém permanece limitada, sobretudo nas políticas econômicas e tributárias, que carecem de mecanismos formais de diálogo com a sociedade.
16. Por fim, ela defendeu a necessidade de maior mobilização social para pressionar por mudanças estruturais no orçamento público, visando garantir justiça fiscal e sustentabilidade. Entre as propostas, destacam-se: eliminar incentivos fiscais ineficientes, como os destinados a combustíveis fósseis; implementar uma reforma tributária progressiva capaz de gerar mais de R\$200 bilhões anuais; combater o abuso fiscal, estimado em 7% do PIB; rever o arcabouço fiscal que

penaliza grupos vulneráveis; e integrar receita e gasto, investindo em políticas sociais que gerem retorno econômico, rompendo com a lógica da austeridade.

17. O Senhor Anderson Amaro destacou a importância do Consea como espaço de participação social para grupos historicamente invisibilizados, como quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, povos indígenas e comunidades tradicionais, que raramente são ouvidos nas decisões sobre orçamento público. Ressaltou que, apesar do compromisso do governo atual, ainda há insuficiência na destinação de recursos para atender às necessidades desses territórios. Ele pontuou que o orçamento público deve priorizar justiça social e redução das desigualdades, pois cortes impactam diretamente populações vulneráveis, como mulheres, negros e povos indígenas.
18. O palestrante indicou que o Consea busca incidir no debate orçamentário, especialmente na recomposição de políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN), mas enfrenta desafios com cortes efetuados pelo governo, que variam entre 13% e 15%. Ele alertou que cortes drásticos em políticas essenciais à agricultura familiar, como o ATER, cujo orçamento caiu mais de 50%, de R\$240 milhões para R\$119 milhões, comprometem a produção de alimentos. Defendeu que, em vez de reduzir recursos, o governo deveria ampliar a arrecadação por meio de medidas como maior tributação sobre os mais ricos e isenção para quem ganha menos, direcionando esses recursos para políticas sociais, ambientais e climáticas, e não para o pagamento de juros da dívida. Anderson indicou, ainda, que a experiência mostra que a saída do Brasil do Mapa da Fome só foi possível graças à retomada e ampliação de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o crédito para agricultura familiar, que receberam investimentos significativos e integrados, demonstrando que austeridade e cortes orçamentários aumentam a insegurança alimentar.
19. O palestrante afirmou que o orçamento público deve garantir direitos e reduzir vulnerabilidades sociais, priorizando grupos historicamente marginalizados e políticas de SAN. Para isso, argumentou que é essencial ampliar a execução orçamentária, fortalecer a participação social e enfrentar o sequestro de recursos por emendas parlamentares e a lógica da austeridade fiscal, que não deve atingir políticas sociais. Ele defendeu que a agenda de SAN precisa ser permanente, com pressão popular sobre Congresso e ministérios econômicos para assegurar recursos e marcadores orçamentários voltados a grupos vulneráveis.
20. Anderson reforçou a importância de o orçamento público assegurar a soberania alimentar e nacional, integrando a agenda ambiental e ações contra desastres climáticos, fortalecer agricultura familiar, agroecologia e políticas permanentes como PAA e crédito rural, evitando cortes que ameaçam a segurança alimentar. Por fim, destacou que apesar de avanços, como leis que transformam políticas em ações de Estado, a disputa por prioridades exige articulação e pressão popular contínua para garantir recursos e evitar retrocessos que podem levar o Brasil de volta ao Mapa da Fome.
21. A seguir, a fala foi aberta para a plenária. O debate abarcou os seguintes pontos:
  - Demora nos repasses e redução de recursos em programas como PAA leite;

- A importância de se fazer um planejamento para 2026 com foco em recomposição orçamentária;
- A desigualdade do financiamento entre sistemas alimentares convencionais e agroecológicos, sendo que os últimos não recebem incentivos, apesar de serem mais benéficos social e ambientalmente;
- Populações invisibilizadas: Comunidades que mantêm sistemas sustentáveis lutam por direitos e territórios, mas não são priorizadas;
- A proposição de redução de isenções para setores poluentes;
- A importância do fortalecimento de programas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que levam renda e diversidade para territórios tradicionais;
- Fechamento do restaurante popular de Florianópolis;
- Exclusão das políticas públicas: População de rua não é incluída nos dados nem nas políticas de segurança alimentar e direitos humanos;
- Defesa de um orçamento afirmativo e reparatório: Necessário para corrigir desigualdades históricas e garantir inclusão de grupos vulneráveis;
- Combate às emendas parlamentares: consideradas um “assalto” ao orçamento, desviando recursos de políticas essenciais;
- Crítica à falta de transversalidade antirracista: Ministérios como Ministério da Igualdade Racial (MIR) e MDS não têm orçamento suficiente para pautas antirracistas;
- Crítica à acomodação: não basta aceitar recursos limitados; é necessário disputar orçamento e receitas;
- Ausência de ministros da área econômica: Indica negligência com orçamento voltado à segurança alimentar e nutricional e direitos;
- Proposta de incidência conjunta da sociedade civil nos poderes Executivo e Legislativo;
- Redução significativa no orçamento do PAA;
- A visão da Economia Solidária como política de trabalho e o orçamento muito precário na Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Proposta de criação de um programa de compras públicas voltado para a economia solidária;
- A necessidade de se regulamentar a Lei Nacional de Economia Solidária;
- Campanha promovida pela Caritas Internacional – “Transformar a Dívida em Esperança” – a fim de pressionar países do norte global a rever dívidas injustas e reconhecerem suas dívidas ecológica e social;
- A retomada de cisternas de plástico no semiárido foi destacada como exemplo de retrocesso, tendo em vista que essa prática remete às obras contra a seca dos anos 70, consideradas inadequadas para a convivência com o semiárido;
- Reconhecimento da população LGBTQIAPN+ como sujeitos de direitos;
- Sugestão de inclusão de percentual mínimo na Constituição para segurança alimentar e nutricional;

- Explicitou-se a situação crítica do PAA Leite na Paraíba, tendo em vista a ausência de repasse de recursos do governo federal, e a questão dos cortes do PAA Conab;
  - Agradecimento pela inclusão do Povo Cigano no Mapa de Inclusão e Representatividade;
  - Necessidade de ampliação da participação social em conselhos de políticas econômicas;
  - Importância de se manter princípios de solidariedade e sustentabilidade nas reformas tributária e de renda;
  - Monitoramento do orçamento contrário à agenda de SAN, com a proposição de criação de um indicador orçamentário para isso;
22. Na sequência, Anderson propôs que fossem elencadas ações prioritárias para incidência no Congresso e a necessidade de diálogo prévio com os ministérios, principalmente MDA e MDS, para evitar cortes no processo de elaboração orçamentária. Ele ressaltou a disparidade frente ao agronegócio, beneficiado por isenções bilionárias como a Lei Kandir, e sugere direcionar multas ambientais e revisar impostos rurais para financiar políticas sustentáveis. Destacou, também, a importância do monitoramento contínuo do orçamento, destacando que dotação não garante execução, e defende maior articulação com órgãos econômicos para assegurar recursos e efetividade das políticas.
23. O palestrante informou que existem diferentes tipos de contingenciamento: o discricionário e o vinculado à arrecadação, que pode permitir recomposição ao longo do ano, e o contingenciamento por teto, que impede recomposição mesmo com aumento da arrecadação. Ele pontuou que é necessário compreender esses mecanismos para fortalecer a incidência popular e qualificada, utilizando dados concretos para dialogar com agentes públicos, incluindo membros dos poderes Executivo e Legislativo. Por fim, defendeu a construção coletiva e permanente para influenciar tanto o orçamento geral quanto os setoriais, garantindo recomposição e evitando cortes que afetam políticas essenciais.
24. Em seguida, Nathalie fez duas sugestões para o Conseia: a) criação de uma comissão ou observatório técnico para monitorar o orçamento da SAN, semelhante à Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento (COFIN) do Conselho Nacional de Saúde (CNS); b) desenvolvimento de uma grade de critérios para avaliar se novas políticas ou ações promovem o direito à alimentação adequada e saudável, permitindo identificar e denunciar estratégias de financiamento que violem esse direito. Ela propôs, também, que a carta aos ministérios da Fazenda e Planejamento contemplasse medidas como eliminação de incentivos fiscais ineficientes (ex.: combustíveis fósseis, agrotóxicos, ultraprocessados), reforma tributária progressiva e combate ao abuso fiscal, estimado em até R\$780 bilhões, reforçando a necessidade de transparência e cálculo oficial desses valores.
25. A palestrante defendeu a revisão do abuso fiscal, considerado racista, sexista e classista, e a inclusão de marcadores de gênero e raça no orçamento de (SAN). Sugeriu a criação de um Conselho Nacional de Política Fiscal, com participação da sociedade civil, para atuar em todo o ciclo de políticas tributárias e de gastos, em vez de apenas buscar presença no Comitê de Política Monetária (Copom).

Além disso, recomendou a elaboração de critérios simples para avaliar políticas e medidas governamentais, incluindo incentivos fiscais, garantindo que nenhuma ação viole o direito à alimentação adequada, como ocorre com os benefícios a ultraprocessados.

### **III. O Orçamento Público e a Segurança Alimentar e Nutricional**

26. A Senhora Valéria Burity, secretária da Secretaria Extraordinária de Combate à Fome (SECF) do MDS, informou que o governo está estruturando uma nova metodologia de monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), envolvendo ministérios e secretarias responsáveis pelas ações do plano para identificar não apenas as ações orçamentárias, mas também os planos específicos que as compõem. Ela apontou que a definição tardia do orçamento de 2024 e a ocorrência de bloqueios orçamentários influenciaram o andamento das ações, mas, ainda assim, foi possível apresentar um balanço preliminar com base nas 43 ações consideradas prioritárias pelas comissões do Conseia, selecionadas entre as 69 ações existentes.
27. A palestrante destacou que o orçamento total do Plansan é de aproximadamente R\$ 534 bilhões, dos quais 90% já estavam empenhados em outubro, sobretudo devido ao peso dos benefícios sociais e previdenciários. Entre as ações priorizadas, destacam-se aquelas voltadas ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), Combate à Fome, Acesso à Terra e Água, Agricultura Familiar, Abastecimento e Consumo Alimentar, Alimentação Saudável, Povos e Comunidades Tradicionais e Agenda Internacional, que juntas representam 48% do valor total do plano. As demais ações, não priorizadas para este balanço, somam 52% do orçamento.
28. Valéria apontou que o balanço orçamentário do Plansan mostra variações significativas entre os blocos temáticos. No Sisan, a dotação é de R\$ 55 milhões, com 29 milhões empenhados e bloqueio de 4,4%, principalmente nas ações de funcionamento de conselhos. No bloco de Combate à Fome, Acesso à Renda e Cidadania, que concentra grande volume de recursos (R\$ 242 bilhões), destaca-se a forte presença do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Piso de Atenção Primária, além de um bloqueio relevante no Cadastro Único (CadÚnico). Já os blocos de Acesso à Terra e Água (R\$ 839 milhões) e de Agricultura Familiar e Transição Agroecológica (quase R\$ 11 bilhões) apresentam empenho elevado, com maior peso para a reforma agrária, cisternas, Pronaf e PAA, embora também enfrentem contingenciamentos.
29. A palestrante prosseguiu com a análise e informou que os blocos de Abastecimento e Consumo Alimentar (R\$ 859 milhões) e de Povos e Comunidades Tradicionais (R\$ 888 milhões) exibem níveis variados de execução e bloqueios, com destaque para estoques públicos (Aquisição do Governo Federal - AGF) e para ações de regularização fundiária, Bolsa Verde e políticas culturais, algumas das quais sofreram contingenciamentos expressivos. A Agenda Internacional, com R\$ 19 milhões, teve 71% empenhados, mas bloqueio de 12,8%. De forma geral, apenas 13 das 69 ações orçamentárias concentram 98,8% do orçamento total, sendo a maior parte destinada a benefícios sociais e previdenciários, atenção primária à saúde e habitação. Programas de produção,

abastecimento, crédito rural e assistência social representam parcelas muito menores dentro da estrutura orçamentária do Plansan.

30. Valéria continuou destacando a importância de o Consea monitorar as ações orçamentárias do Plansan, especialmente porque 92% delas são discricionárias e, portanto, suscetíveis a bloqueios que afetam a execução das políticas públicas. As emendas parlamentares — de bancada, individuais e as de transferência direta (Pix) — também influenciam a governabilidade e o planejamento, reforçando a necessidade de acompanhamento pela sociedade civil. Ela ressaltou que dentre as ações priorizadas, a dotação orçamentária identificada soma R\$ 256,35 bilhões, cerca de 47,9% do III Plansan. Está em construção uma metodologia mais precisa para identificar, dentro de cada ação, o que efetivamente financia o plano. A palestrante destacou que será desenvolvido um painel de monitoramento, com marcadores específicos, incluindo recorte de raça e gênero, para avaliar se as ações alcançam os grupos mais afetados pela insegurança alimentar.
31. Por fim, a secretária da SECF confirmou que foi assumido o compromisso de apresentar periodicamente o relatório de monitoramento do Plansan nas plenárias do Consea e de promover uma oficina sobre orçamento público, a fim de fortalecer a capacidade de acompanhamento das ações pela sociedade civil.
32. A senhora Lilian Rahal, secretária da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS, indicou que informaria sobre as ações do Sisan relacionadas a programas prioritários para o Consea, como o PAA, o Programa de Cisternas e a distribuição de alimentos. Ela destacou que, embora o orçamento desses programas tenha sido parcialmente recuperado desde 2023, os valores atuais ainda são inferiores aos do período de 2011–2014, embora superiores aos anos de 2015–2022, considerados o momento mais crítico. A palestrante abordou as diferentes modalidades de execução do PAA, por MDS, Conab e MDA, e as mudanças recentes voltadas à inclusão de povos indígenas, quilombolas e grupos que enfrentam barreiras documentais. Ela afirmou que o orçamento do programa (ação 2798) demonstrou grande variação histórica, com picos entre 2012 e 2014 e valores mais modestos nos anos seguintes; em 2025, o orçamento totaliza cerca de R\$ 1,19 bilhão, incluindo emendas.
33. A secretária da Sesan destacou que, entre 2023 e 2025, o PAA adquiriu 313 mil toneladas de alimentos, com participação de 118 mil agricultores familiares e repasse de R\$ 1,58 bilhão. Foram atendidas 16,3 mil organizações e 1.485 pontos de distribuição, principalmente escolas. A participação feminina alcançou 59% das fornecedoras após mudanças legais. Os dados específicos de execução mostram o alcance combinado de MDS, Conab e PAA Leite, que juntos ampliam a cobertura territorial e o número de agricultores beneficiados, especialmente no semiárido.
34. Em relação ao Programa Cisternas, Lilian relatou que o programa também teve orçamento recuperado após quase ser desmontado entre 2015 e 2022, mas ainda opera com recursos muito inferiores ao período 2011–2014. Em 2025, a dotação é de R\$ 346 milhões — menor que em 2023 e 2024 — devido a cortes durante negociações no Congresso. A execução está praticamente toda empenhada, mas limitada pela liberação insuficiente de limites mensais. Mesmo assim, o governo retomou a implementação: foram entregues 47 mil cisternas

em 2024 e 34 mil em 2025 até setembro, com previsão de chegar a 100 mil no total do atual mandato. Desde 2023, cerca de R\$ 1,9 bilhão já passaram pelo programa, distribuídos entre parcerias com organizações da sociedade civil e estados/consórcios.

35. A palestrante informou que as ações Fomento Rural, Cozinha Solidária e Distribuição de Alimento vêm sendo executadas em meio a fortes limitações orçamentárias, mas com avanços relevantes na recomposição das políticas de segurança alimentar e nutricional. Pontuou que o Fomento Rural, dispõe de um orçamento muito inferior ao de anos anteriores e insuficiente para alcançar as metas previstas, embora quase todos os recursos já estejam empenhados. Ela disse que o programa Cozinha Solidária expandiu parcerias com organizações sociais, apoiou centenas de cozinhas e possibilitou milhões de refeições, ainda que ajustes institucionais tenham retardado a abertura de novos editais.
36. Já em relação a Ação de Distribuição de Alimentos, Lilian ressaltou que houve atendimento contínuo a comunidades e povos vulnerabilizados, incluindo respostas emergenciais, com mais de 1,8 milhão de cestas entregues desde 2023. Ela destacou que, em conjunto, essas iniciativas mostram esforços de reconstrução das políticas públicas e de atendimento às demandas urgentes, mas ainda carecem de orçamento compatível com a dimensão das necessidades atuais.
37. Por fim, a secretária alertou que, para 2026, o Projeto de Lei Orçamentária já prevê um volume 13% menor que o orçamento atual, com cortes distribuídos em praticamente todas as ações, embora alguns programas — como cisternas — tenham recebido recomposição parcial de recursos.
38. Em seguida, a presidente do Consea abriu a fala para os participantes da plenária. Os principais pontos discutidos foram:

- Importância do investimento contínuo em segurança alimentar e nutricional;
- Distribuição atual dos recursos e necessidade de reforço no Sisan;
- Insuficiência e desigualdade na alocação de recursos na agenda de SAN;
- Desvio de alimentos captados por bancos privados para instituições terapêuticas;
- Crítica à privatização de equipamentos públicos (restaurantes populares, bancos de alimentos), que pode desviar alimentos de grupos vulneráveis;
- Necessidade de formação e maior transparéncia no uso dos recursos públicos;
- Preocupação com cortes em políticas estruturantes, como o PAA;
- Crítica à centralidade das emendas parlamentares no financiamento das políticas;
- Necessidade de comparação orçamentária com setores que impactam negativamente a segurança alimentar e nutricional;
- Importância do monitoramento periódico dos dados;
- Distorções internas na composição dos valores do Plansan;
- Importância de indicadores mais precisos para análise orçamentária;
- Necessidade de comparação com o orçamento destinado ao agronegócio e a outras políticas;

- Indignação com os cortes e sua desigualdade, apontando que os cortes atingem mais fortemente populações vulneráveis: mulheres pobres, pessoas negras, população de rua, povos do campo, das florestas e das águas;
  - Importância de incidência no processo orçamentário da LOA 2026;
  - Necessidade de construção de instrumentos internos de monitoramento e apropriação da agenda; e
  - Importância da definição de um orçamento próprio para o Sisan.
39. Na sequência, a secretária Valéria Burity destacou a importância de integrar política econômica e segurança alimentar e nutricional, considerando que medidas fiscais, cambiais e monetárias impactam o direito à alimentação. Ressaltou a relevância de programas como Bolsa Família e BPC, essenciais para reduzir desigualdades e fortalecer a agricultura familiar, garantindo acesso à alimentação adequada. Ela pontuou que o Sisan é o instrumento central de governança e articulação interfederativa das políticas de segurança alimentar e nutricional, sendo fundamental garantir seu financiamento e apoio do Consea. A palestrante informou que, em relação à população de rua, houve avanço no cadastramento (de 200 mil para 338 mil pessoas), permitindo priorização no Bolsa Família e inclusão em políticas de assistência social, centros POP, consultórios de rua e no protocolo Brasil Sem Fome, que integra dados de saúde e Cadastro Único. Por fim, Valéria enfatizou que o Consea deve apontar tanto lacunas quanto avanços, reconhecendo conquistas como a saída do Brasil do Mapa da Fome, a retomada do PAA, das cisternas e a importância de políticas que preservem programas estruturantes e o salário-mínimo para evitar retrocessos.
40. A seguir, a senhora Lilian Rahal ressaltou a necessidade de refletir sobre a situação orçamentária e os desafios diários do Sisan, destacando o sufoco enfrentado no governo e a competição indevida com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Salientou que a intersectorialidade do Sisan — envolvendo assistência social, saúde, educação e agricultura — é essencial e não deve ser prejudicada por disputas entre sistemas. Ela destacou que programas como o Programa Cisterna e o PAA mostram que suas ações têm impacto transformador nas comunidades, indo além de indicadores individuais, integrando políticas de fomento, assistência técnica e acesso a mercados.
41. A palestrante refletiu que, embora o Sisan esteja em expansão e com adesão crescente de municípios e estados, ainda é um sistema incipiente, e é fundamental comunicar o impacto real das ações nos territórios para fortalecer a sua atuação e justificar o orçamento. Sendo assim, ela enfatizou a dificuldade do Sisan, sendo incipiente, em enfrentar sistemas já consolidados, com ampla cobertura e interesses fortes, ressaltando que o enfrentamento não pode ser individual nem em detrimento de outras ações. Ela apontou para a necessidade de um enfrentamento coletivo, envolvendo Caisans e Conseas estaduais, sociedade civil e entes federados, para que as decisões orçamentárias sejam compartilhadas e estratégicas. A palestrante concluiu indicando que o fortalecimento do Sisan depende de diálogo, transparência e ação conjunta, qualificando o trabalho do Consea e permitindo que todos os atores exponham seus interesses e responsabilidades.

**IV. Apresentação do Manual do Manual do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no Governo Federal (MROSC) e do Marco de Referência da Educação Popular sobre Políticas Públicas**

42. O senhor Pedro Marino explicou sobre a implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014, MROSC), com destaque para os termos de fomento e de colaboração, instrumentos que permitem parcerias entre governo e sociedade civil. Ele relatou que, após período de descontinuidade, a agenda foi retomada em 2023, incluindo a criação do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração e a publicação de um manual MROSC, que orienta todo o processo de planejamento, chamamento, seleção, celebração e prestação de contas dessas parcerias. Além disso, o palestrante informou que a Secretaria-Geral lançou um edital para capacitação, buscando que Organizações da Sociedade Civil (OSCs) participem do desenvolvimento de cursos e treinamentos para aplicar o manual de forma efetiva, tanto para agentes públicos quanto para organizações, garantindo melhor execução das políticas públicas em parceria com a sociedade civil.
43. O Senhor Pedro Pontual anunciou o lançamento do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, destacando sua importância para a democracia participativa e o controle social. Ele informou que o marco foi revisto com ampla consulta a educadores populares, movimentos sociais e gestores públicos em seminários regionais e fóruns de práticas educativas. O palestrante pontuou que o documento busca fortalecer e qualificar os espaços de participação, oferecendo fundamentos filosóficos, políticos, éticos e pedagógicos, além de metodologias práticas para atuação em políticas públicas. Por fim, destacou que a iniciativa reforça o compromisso do governo com a educação popular como instrumento de cidadania ativa, e prevê futuras revisões incorporando críticas e sugestões da sociedade civil.

**V. Informe sobre escopo para plano de trabalho dos Grupos de Trabalho do Consea**

44. Apresentou-se o escopo dos Grupos de Trabalho (GTs) aprovados pela Mesa Diretiva, GT Internacional, GT Conflito de Interesses e GT de Mudanças Climáticas. Informou-se que a apresentação seria disponibilizada para as Comissões Permanentes (CPs) para que elas fizessem a indicação das(os) conselheiras(os) que irão compor os GTs. Indicou-se também, que as primeiras reuniões dos GTs ocorrerão de forma virtual, antes da próxima plenária ordinária, que será em dezembro.
45. A presidente do Consea, concedeu a palavra à representante do Ministério da Fazenda, Tereza Assis, coordenadora geral de Política Fiscal na Secretaria de Política Econômica. Ela apontou para os desafios da política fiscal no Brasil, destacando que toda política pública depende de financiamento e gera impacto fiscal. A palestrante ressaltou que a atual gestão do Ministério da Fazenda busca

equilibrar responsabilidade fiscal com sustentabilidade social e ambiental, sem adotar uma postura excessivamente fiscalista, indicando que o ministério se engaja em ações como a Aliança de Combate à Fome. Por fim, Tereza, reforçou a disponibilidade do Ministério da Fazenda para diálogo e cooperação com outros órgãos e conselhos de participação social.

## **VI. Relato das CPs e da CPCE**

46. Na manhã do dia 08 ocorreram as reuniões das CPs e da Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais (CPCE).
47. O primeiro relato foi feito pela CPCE que informou que na reunião da manhã, foram realizados diálogos conjuntos com a CP4 e a CP1 sobre temas convergentes, especialmente o impacto do programa Brasil Soberano. Representantes do MDS apresentaram informações sobre cozinhas solidárias, PAA e ações da Conab. Durante as discussões, manifestaram-se preocupações com a execução das políticas públicas, em especial no que diz respeito ao orçamento.
48. Durante a reunião conjunta supracitada, foram feitas propostas de recomendações: (1) garantir a previsão orçamentária do PAA já no início do próximo ano, evitando atrasos como os ocorridos neste ano, e assegurando execução imediata após a aprovação do orçamento no Congresso, independentemente do período eleitoral; (2) recomendar ao Congresso a aprovação célere do orçamento, evitando impactos no andamento das políticas de segurança alimentar e nutricional. Adicionalmente, houve a proposta de que a Conab compartilhe informações com os Conseas, e o representante do PAA se comprometeu a enviar comunicados atualizados e editais diretamente a todos os Conseas estaduais.
49. Na segunda parte da reunião da CPCE, houve uma socialização de temas internos dessa comissão e, em seguida, um diálogo conjunto com a CP1. A representante da SECF apresentou uma proposta inicial de protocolo do Sisan para situações de calamidade e emergência. Informou-se que essa proposta será compartilhada para receber contribuições. As principais contribuições foram: importância de o Conseia se articular a outros conselhos, sendo que Caisan e Conseia devem estar nos gabinetes de emergência; mecanismos de vigilância em SAN em todas as esferas, com atenção a possíveis conflitos de interesse e proteção mais enfática às populações em maior situação de vulnerabilidade.
50. As indicações da CPCE para os GTs foram:
  - GT Internacional: Eni Tereza da Cunha Felipe (Consea TO) como titular e Antônio Rodrigues da Cruz Filho (Consea RR) como suplente;
  - GT COI: Rosana Emilia Gaspar (Consea SP) como titular e Dinair Pereira Duarte Furtado (Consea GO) como suplente;
  - GT Mudanças Climáticas: Albaneide Maria Lima Peixinho (Consea DF) como titular e Clodoaldo Ramos Pontes (Consea AM) como suplente.
51. A CP4 informou que participou de uma reunião com a CPCE para discutir o PAA, as Cozinhas Solidárias e temas ligados ao Plansan, aprofundando questões orçamentárias já debatidas. Depois, a CP4 integrou uma reunião com a CP3 sobre a plataforma Contrata Mais, relacionada a compras públicas. O diálogo trouxe

contribuições relevantes e indicou a necessidade de estudar melhor a plataforma e, futuramente, apresentá-la em plenária.

52. A CP4 indicou as(os) seguintes conselheiras(os) para compor os GTs do Consea:

- GT Internacional: Marília Gabrielly Sousa (Marcha Mundial de Mulheres - MMM); Juliana Andrade Bruno Favacho (Associação Cidade para Todos); Rosane Maria Bertotti (Central Única dos Trabalhadores - CUT); Jônio Rodrigues de Lima (Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH) A CP4 informou que farão um rodízio;
- GT COI: Tânia de Medeiros Wutzki (Rede Evangélica Nacional de Ação Social - Reinas);
- GT Mudanças Climáticas: – Giovana de Oliveira Kanas (Cáritas Brasileira).

53. A CP2 relatou que teve uma reunião conjunta com a CP3 e a CP7 para discutir a inclusão produtiva com segurança sanitária. Após uma apresentação inicial e uma discussão ampla, foram identificadas possibilidades de incidência nessa agenda. Entre os encaminhamentos, destaca-se a sistematização dos instrumentos e avanços já existentes, que serão organizados em um documento — possivelmente uma nota técnica ou recomendação, a ser definida pela mesa diretiva. O grupo estruturou duas frentes principais de atuação: a inclusão sanitária no mercado e nas políticas públicas, especialmente PNAE e PAA. Decidiu-se também realizar uma oficina, possivelmente ainda este ano, para aprofundar o tema. Ficou claro que é necessário produzir documentos mais robustos para embasar a incidência política. A Anvisa está em processo de transição, e o grupo pretende retomar o diálogo quando houver a nomeação do novo diretor. Além disso, reforçou-se a importância de articular-se com outros conselhos relacionados ao tema. Um cronograma será elaborado para organizar e priorizar as ações definidas.

54. A CP2 informou que também discutiu a harmonização da rotulagem no Mercosul, com representantes da Anvisa. A Anvisa informou que ainda este ano serão abertas três consultas públicas relacionadas à rotulagem no Brasil, que o Consea deverá acompanhar e sobre as quais poderá se manifestar. O ponto mais crítico identificado refere-se ao perfil nutricional usado para a rotulagem frontal de advertência. O Brasil adota critérios mais brandos para definir quando um alimento é considerado alto em nutrientes críticos, enquanto países como a Argentina utilizam parâmetros mais rigorosos. Há risco de que, no processo de harmonização, prevaleça o padrão brasileiro, considerado insuficiente pelo grupo. A expectativa é que a Argentina apresente sua proposta ao Mercosul e que o Brasil responda formalmente em março do próximo ano. Por isso, o Consea pretende amadurecer suas análises e se posicionar até o fim deste ano.

55. Por fim, a CP2 compartilhou que foi apresentado um informe relevante do MDS sobre o aprimoramento do monitoramento da cesta básica. O processo está sendo qualificado, com melhorias na coleta de preços e na definição dos alimentos monitorados. A Conab, em parceria com o Dieese, ampliou o número de itens acompanhados: de 11 para 30 alimentos por Estado, agora com cobertura nacional. Além disso, inicia-se uma fase de refinamento das

quantidades de cada alimento para cálculo mais preciso do custo da cesta básica. Trata-se de um avanço significativo na metodologia de monitoramento.

56. A CP2 indicou as(os) seguintes conselheiras(os) para compor os GTs do Consea:

- GT COI: Inês Rugani Ribeiro de Castro (Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco) e Laís Amaral Mais (Instituto de Defesa de Consumidores - IDEC);
- GT Mudanças Climáticas: Alessandra Orlandi Luglio (Sociedade Vegetariana Brasileira - SVB).

57. A CP3 relatou que participou de uma discussão conjunta com a CP7 e a CP2 sobre a inclusão produtiva com segurança sanitária, retomando um debate iniciado no ano anterior e considerado urgente diante de riscos de retrocessos. A CP3 informou que debateu com a CP4 a plataforma Contrata Mais, tema relacionado ao PAA e às compras públicas; houve consenso sobre a necessidade de envolver a CPCE para ampliar a discussão para Estados e Municípios.

58. A CP3 informou que o grupo discutiu ainda a diversificação produtiva dos produtores de tabaco, tema já iniciado em reuniões anteriores, sendo que um documento foi apresentado, e o assunto será levado à Mesa Diretiva, podendo gerar uma recomendação na plenária de dezembro. Houve informes sobre o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) e dificuldades no monitoramento das políticas públicas do Plansan, levando à definição de organizações que atuarão mais diretamente nessa tarefa.

59. A CP3 indicou as(os) seguintes conselheiras(os) para compor os GTs do Consea:

- GT Internacional: Anderson Amaro Silva dos Santos (Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA) e Sandra Marli da Rocha Rodrigues (Associação Nacional de Mulheres Campesinas / Movimento de Mulheres Campesinas – ANMC/MMC);
- GT COI: Glenn Massakazu Makuta (Slow Food Brasil);
- GT Mudanças Climáticas: Lívio Sergio Dias Claudino (Associação Brasileira de Agroecologia – ABA).

60. A CP5 relatou que a reunião contou com a participação da Frente de Enfrentamento ao Racismo e do Ministério da Igualdade Racial (MIR). Com a Frente, discutiram-se suas ações e a relação entre educação, fome e desigualdades raciais. O Ministério apresentou um panorama do Sistema Nacional de Igualdade Racial e das articulações interfederativas, destacando como a pauta da segurança alimentar e nutricional e institucional está inserida nesse processo.

61. A CP5 informou que decidiu-se elaborar uma recomendação ao MEC, motivada pela denúncia de que o Instituto Federal do Rio de Janeiro não possui estrutura de alimentação para os estudantes, o que compromete a permanência estudantil. A recomendação terá três pontos: 1. Solicitar que o MEC apresente um diagnóstico nacional sobre a situação da alimentação nas instituições federais de ensino; 2. Perguntar qual a estratégia do MEC para incorporar a alimentação como eixo estruturante dessas instituições (incluindo restaurantes universitários); 3. Solicitar uma proposta de solução imediata para os institutos que já existem e não possuem estrutura de alimentação, além de diretrizes para evitar que novas unidades sejam criadas sem essa previsão.

62. A CP5 indicou as(os) seguintes conselheiras(os) para compor os GTs do Conseia:

- GT Internacional: Danilo Moura Ferreira Mota (Centro Palmares) e Edgar Aparecido de Moura – Amaral (Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil - APNs);
- GT COI: Danilo Moura Ferreira Mota (Centro Palmares) e Iêda Leal de Souza (Movimento Negro Unificado - MNU);
- GT Mudanças Climáticas: – Edgard Aparecido de Moura – Amaral (APNs) e Luana Duarte Teles (Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – RedeSSAN).

63. A CP 6 relatou que foi definida a coordenação da comissão sendo Leosmar Terena como coordenador e Cris Pankararu como vice-coordenadora.

64. A CP6 informou que propria duas recomendações. A primeira é dirigida ao Congresso Nacional, defendendo a aprovação integral do Projeto de Lei (PL) 431/47 de 2021, proposto por Joênia Wapichana, que transforma a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), hoje prevista em decreto, em lei — fortalecendo sua segurança jurídica. O PL também inclui o reconhecimento da categoria de agentes ambientais indígenas. A segunda recomendação é direcionada ao Ministério do Meio Ambiente e à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), para que a Funai seja credenciada no Programa Bolsa Verde. O objetivo é permitir que territórios indígenas sejam incluídos no programa, já que, apesar de previsto no Plano Plurianual, ainda não houve avanço no atendimento aos povos indígenas.

65. A CP6 discutiu necessidade de obter uma radiografia mais precisa sobre a participação da agricultura familiar indígena nas compras públicas, especialmente no PNAE e no PAA. Foram encaminhadas recomendações para solicitar dados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e para avançar em chamadas públicas específicas para povos indígenas, respeitando saberes e práticas interculturais. Também foi proposta uma reunião entre o Conseia, a CPCE e o Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi), a fim de aprofundar o diagnóstico sobre insegurança alimentar nos territórios, com destaque para situações graves envolvendo os povos Maxakali, Xacriabá e Guarani-Kaiowá. Apontou-se ainda a importância de envolver a Funai e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) para discutir possíveis ações e abordagens jurídicas relacionadas à fome e à desnutrição indígena.

66. A CP6 indicou as(os) seguintes conselheiras(os) para compor os GTs do Conseia:

- GT Internacional: Cristiane Gomes Julião - Cris Pankararu (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade - ANMIGA) e Pedro Vasconcelos Rocha (FIAN Brasil);
- GT Mudanças Climáticas: Inara do Nascimento (ANMIGA) e Leosmar Antonio Terena (Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade - Caianas).

67. A CP1 relatou que se dedicou ao debate conceitual e estrutural sobre Segurança Alimentar e Nutricional. A Comissão está, primeiramente, analisando os relatórios e as atas da comissão do mandato passado e da oficina do Sisan, priorizando pontos já identificados anteriormente e estabelecendo um fluxo de

trabalho para o acompanhamento das ações, envolvendo a representação governamental e interações com outras comissões, especialmente a CPCE.

68. A Comissão também debateu a ementa e temas prioritários a serem desenvolvidos em 2025 e 2026, incluindo a discussão da participação de entidades privadas no Sisan.

69. A CP1 indicou as(os) seguintes conselheiras(os) para compor os GTs do Conseia:

- GT Internacional: Débora Rodrigues da Silva (Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES) e Sílvia Aparecida Zimmermann (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e SAN - Rede Penssan);
- GT COI: Mariza Rios (FIAN Brasil) e Marcos Aurélio Lopes Filho (Rede Penssan).

70. A CP7 relatou que houve uma apresentação do MDA relativa à inclusão produtiva dos Povos e Comunidades Tradicionais. Informou, também, que a Sesan/MDS compartilhou os avanços em ações da secretaria para Povos e Comunidades Tradicionais. A CP debateu a recomendação do Conseia sobre a inclusão dos 28 segmentos de povos e comunidades tradicionais no CadÚnico, identificando morosidade no processo. Houve consenso para fortalecer o controle social e foi definido solicitar uma audiência pública com o ministro do MDS para acelerar a execução e garantir a visibilidade de cada comunidade no cadastro. Por fim, a CP reafirmou a importância da participação transversal de órgãos como MIR, SQPT, MMA, SNCPT, MPA, MEP, MAC, FND, MAPA, MIS, ANVISA e Grupo da Terra para a efetivação das pautas.

71. A CP7 indicou as(os) seguintes conselheiras(os) para compor os GTs do Conseia:

- GT Internacional: Regina Barros Goulart Nogueira - Kota Mulanji (Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana - Fonsanpotma);
- GT COI: Débora Stefany Oliveira (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - Conaq) e Antônia Helenilde Prachedes de Araújo (Memorial Chico Mendes – MCM);
- GT Mudanças Climáticas: Bianca Tozato da Silva (Instituto Socioambiental – ISA) e Antônio Adevaldo Dias da Costa (Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS).

## **VII. Sessão Deliberativa: apreciação e aprovações pelo Plenário do Conseia**

72. Na tarde de 8 de outubro, ocorreu a sessão deliberativa para apreciação e aprovação de documentos do Conseia. Foi apresentada a proposta de Recomendação à Comissão de Finanças e Tributação e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados a aprovação integral do Projeto de Lei (PL) nº 4.347/2021 e do PL nº 2.936/2022, na forma do substitutivo proposto pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e aprovado pela Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, que transforma em lei a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), como um instrumento normativo fundamental para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. Após ajustes sugeridos pela plenária, a recomendação foi aprovada por unanimidade.

73. A seguir, se deliberou sobre a proposta de Recomendação ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) que I - Providenciem os esforços necessários para a inclusão imediata de indígenas como beneficiários(as) do Programa Bolsa Verde, incluindo a adequação de normativas para que considerem a diversidade de povos e de biomas; II - A Funai encaminhe sua adesão ao Programa Bolsa Verde enquanto órgão gestor, nos termos da Portaria MMA nº 1.288, de 21 de janeiro de 2025; III - Envidem esforços para o aumento do orçamento do Programa Bolsa Verde. Após ajustes sugeridos pela plenária, a recomendação foi aprovada por unanimidade.
74. Na sequência, a plenária debateu sobre a questão da privatização dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, em especial nos estados Paraná, São Paulo e Santa Catarina. Decidiu-se que seriam reunidas mais informações sobre todos os casos para definir a estratégia de atuação junto ao MDS e também para discutir uma proposta de recomendação, caso se julgue necessário.

### **VIII. Informes**

75. A presidência do Consea do Pará fez um informe sobre o evento pré-COP que realizaram nos dias 28 e 29 de agosto, sobre Justiça Climática, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável na Amazônia. Compartilhou-se que foi elaborada uma carta política e que a mesma foi entregue ao Ministro Márcio Macêdo e para o Consea.
76. A representante do FNDE informou que em breve seria publicada a chamada pública para os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) dentro do PNAE, abarcando os 28 grupos de PCTs.
77. A secretaria-executiva do Consea explicou sobre o processo de seleção dos observadores, que resultou na definição de 16 organizações como observadoras do Consea, de acordo com os segmentos definidos pela 6ª Conferência.
78. A presidente do Consea convidou o Deputado Federal Padre João, Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional a fazer uma fala.
79. O Deputado Padre João destacou as conquistas e os desafios recentes na segurança alimentar e nutricional e na agricultura familiar. Foram mencionados avanços em programas sociais como “Minha Casa, Minha Vida”, “Farmácia Popular” e incentivos à agricultura familiar, incluindo aumento de recursos e lançamento do Pronara com novos produtos e princípios ativos. Apesar dos progressos, persistem desafios como fraudes na distribuição, precariedade na análise da água, presença de agrotóxicos e fome ainda significativa em diversas regiões.
80. O deputado ressaltou algumas iniciativas legislativas e políticas públicas: aprovação de projetos sobre bancos comunitários de sementes crioulas, avanços na inclusão de povos quilombolas e indígenas, proibição de Fipronil para proteção de abelhas, e necessidade de acompanhamento mais amplo de programas como PNAE e PAA.
81. Por fim, o parlamentar enfatizou a importância de diálogo com gestores e parlamentares, monitoramento das políticas públicas, mobilização social e ações de visibilidade, como exposições e eventos na Semana da Alimentação, para

- fortalecer o direito à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional para todos.
82. A seguir, a presidente do Consea explicou a proposta de atividade de diálogo autogestionado do Consea para o Balanço Ético Global (BEG) da COP30.
  83. A presidente do Consea fez um informe sobre um Pavilhão Azul da COP 30 que abriria uma Chamada Pública para inscrições de atividades de organizações da sociedade civil.
  84. A secretaria executiva do Consea fez um informe sobre a reunião do Fórum Interconselhos que estava agendada para os dias 16 e 17 de outubro, na qual seria discutida a carta conjunta da Sociedade Civil Brasileira para ser entregue à presidência da COP30.
  85. Na sequência, informou-se sobre o 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) vai acontecer de 15 a 18 em Juazeiro, no qual haveria participação de conselheiros do Consea. Destacou-se que haveria a plenária dos povos indígenas durante o CBA.
  86. A seguir, informou-se sobre a 53ª Seção do Comitê de Segurança Alimentar (CSA) da ONU, que contaria com a participação do Consea.
  87. Por fim, foi divulgada a Conferência Livre da Comissão Permanente Direito Humano Alimentação Adequada, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que ocorreria no dia 10 de outubro.
  88. A senhora Elisabetta Recine agradeceu a presença e participação de todos e encerrou a reunião plenária.

#### **IX. Aprovação da Ata**

A presente Ata foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) na 4ª Reunião Plenária Ordinária, ocorrida em 09 e 10 de dezembro de 2025. Encerrada a reunião, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

**MARÍLIA MENDONÇA LEÃO**  
Secretária-Executiva  
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**Anexo A - PAUTA APROVADA PARA A 3<sup>a</sup> REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO MANDATO 2025-2027**

**Dia 07/10/2025 – 3<sup>a</sup> Reunião Plenária Ordinária**

- 1. 9h - 9h10: Abertura e Boas-Vindas**
  - Elisabetta Recine, Presidenta do Consea
  - Márcio Macêdo, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretário Geral do Consea
- 2. 9h10 – 9h15: Aprovação da pauta da reunião e da Ata da 2<sup>a</sup> Reunião Plenária Ordinária do Consea**
- 3. 9h15-9h30: Pronunciamento Ministerial**
- 4. 9h30 - 11h00: Financiamento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Sisan.**
  - i. O orçamento público brasileiro: possibilidades e sequestros: INESC
  - ii. O orçamento público para SAN vivenciado nos territórios: apresentação da sociedade civil do Consea
- 5. 11h00 às 12h00: Diálogo com a Plenária**
- 6. 12h00 – 14h00: Almoço**
- 7. 14h00 – 16h30: O Orçamento Público e a Segurança Alimentar e Nutricional.**
  - i. O orçamento para o Plansan: SECF
  - ii. O orçamento para programas de SAN: Sesan
- 8. 16:30h-17h00 Diálogo com a Plenária**
- 9. 17h00 – 17h30: Apresentação do Manual do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no Governo Federal (MROSC): Conselho Nacional de Fomento e Colaboração**
- 10. 17h30 -18h00: Orientações para as atividades das CPs, CPCE e informe sobre escopo para plano de trabalho dos Grupos de Trabalho.**

**Dia 08/10/2025 – 3<sup>a</sup> Reunião Plenária Ordinária**

- 1. 8h30 – 12h30 Reunião das CPs e CPCE**
- 2. 12h30 – 14h00: Almoço**

- 3. 14:00-15:30: Relato das CPs e CPCE**
- 4. 15:30-16:30 Deliberações da Plenária**
- 5. 16:30-17:00 Informes**
  - a. Resultado do Edital Observadores
  - b. Congresso Brasileiro de Agroecologia
  - c. 53ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial
  - d. COP30
    - i. Diálogos Autogestionados do Balanço Ético sobre a COP30
    - ii. Fórum Interconselhos
    - iii. Carta COP30 (Colegiados CNAPO, Consea, Condraf, CNES)
- 6. 17:00 Encerramento**

**Anexo B – Carta enviada à Ministra de Estado de Planejamento e Orçamento e ao Ministro de Estado da Fazenda**

Financiamento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**Carta Aberta aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento**

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão de assessoramento direto ao Presidente da República, responsável pelo monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e pela proposição de requisitos orçamentários para sua execução, vem expor ao Senhor Ministro da Fazenda e à Senhora Ministra do Planejamento e Orçamento as considerações e sugestões que seguem.

A situação alimentar e nutricional da população brasileira passou por mudanças drásticas nos últimos anos. Ocorreram expressivos retrocessos entre os anos de 2017 e 2022, recolocando o Brasil no Mapa da Fome da ONU/FAO. A partir de 2023, os índices de insegurança alimentar vêm caindo, chegando no último trimestre de 2024 ao nível de 7,7%, segundo estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/IBGE). Essa redução se alinha com dados internacionais, que classificaram, em 2025, o Brasil como fora do Mapa da Fome.

Esse avanço se deveu à retomada de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN). Na gestão anterior, estas políticas públicas foram alvo de um desmonte com o esvaziamento institucional e orçamentário de ações promotoras e provedoras do Direito Humano à Alimentação Adequada. A rápida reconstrução dessa agenda, a partir de 2023, confirmada pelas pesquisas recentes, demonstra a existência de uma expertise e memória institucional entre os diferentes setores que integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Apesar dos progressos, a dotação orçamentária de programas e ações fundamentais da PNSAN ainda é notadamente insuficiente frente ao desafio assumido pelo Governo do Presidente Lula de erradicar a fome de maneira sustentável. Estima-se que cerca de 6,5 milhões de famílias ainda não possuem acesso regular e permanente à alimentação adequada. Em regra, tratam-se de famílias chefiadas por mulheres ou por pessoas pretas ou pardas, com renda per capita de até um salário mínimo ou com crianças ou adolescentes no domicílio, que vivem nas periferias das grandes cidades, em áreas rurais e nas regiões do Norte e Nordeste.

Essas populações e comunidades vulnerabilizadas são o principal público dos programas integrantes do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III Plansan): Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Cozinhas Solidárias, Programa Bolsa Família, Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, Programa Alimento no Prato, Programas de fortalecimento e compras públicas da agricultura familiar (Pronaf e PAA), Programa Cisternas, Programa Bolsa Verde, Programa Aquilomba Brasil, Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Programa Nacional de Reforma Agrária, Demarcação, Gestão e Proteção dos Territórios Indígenas, entre outros.

Para fortalecer esses programas, faz-se necessário direcionar o máximo de recursos públicos disponíveis para a expansão do Sisan em todos os municípios, o que depende de instituir mecanismo específico de repasse de recursos federais para as unidades federativas e municipais. Além disso, grande parte dessas ações depende de recursos discricionários e, por isso, estão sujeitas a cortes, contingenciamentos e bloqueios. Esse contexto impõe limitações à execução dos programas e coloca em risco o acesso da população à uma alimentação adequada e saudável. Apesar da recomposição orçamentária da PNSAN, o déficit orçamentário é grande e precisa ser superado.

Pelo exposto, o Consea solicita aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento a instalação de uma mesa de diálogo com o objetivo de encontrarmos estratégias para fortalecer o financiamento de medidas voltadas à erradicação da fome e à promoção da SAN no país. Para subsidiar o diálogo, apresentamos as seguintes sugestões:

1. Eliminação de incentivos fiscais ineficientes e danosos à saúde das pessoas e do Planeta, como aqueles outorgados aos combustíveis fósseis, aos agrotóxicos e aos produtos ultraprocessados, que não apenas colocam em risco a Soberania e SAN da população em geral, como causam externalidades negativas para os modos de vida e de produção da agricultura familiar. Em contrapartida, programas de incentivo da produção de alimentos da agricultura familiar e de pequena escala que abastece o mercado interno de alimentos, é subfinanciado e alvo constante de cortes, contingenciamentos e bloqueios orçamentários. Exemplo concreto disso é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tem trabalhado com orçamento muito aquém de suas demandas e capacidades.
2. Revisão do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) que ao impor medidas de austeridade acaba afetando programas e ações destinados essencialmente a pessoas e comunidades empobrecidas, que são majoritariamente negras e mulheres. Dessa forma, o NAF aprofunda as desigualdades de classe, gênero e raça e atrasa o esforço de combate à fome.
3. Remodelação e redirecionamento do Fundo do Pré-Sal para financiar a expansão do Sisan e as ações orçamentárias do III Plansan.
4. Proteção orçamentária das ações de SAN na elaboração dos Planos Plurianuais, sobretudo de ações discricionárias. Há uma previsão de déficit orçamentário no Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2026 para o PAA (-30,7%), Inclusão produtiva rural (-17,8%), Ação de distribuição de alimentos para Povos e Comunidades Tradicionais (-14,7%), e outras. Se essa diminuição de recursos se efetivar, corre-se o risco de ver os índices de insegurança alimentar e nutricional voltarem a subir.
5. Estabelecimento de um fundo específico para financiar ações de segurança alimentar e nutricional, garantindo recursos permanentes e imunes a cortes discricionários. Isso também proporcionaria uma resposta rápida em emergências alimentar, assegurando que as populações vulneráveis recebam assistência imediata em crises.
6. Criação de instâncias de participação social no âmbito dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento com representação da sociedade civil

- organizada para a concretização de um diálogo institucionalizado sobre o ciclo orçamentário e a política fiscal do governo federal.
7. Criação de um marcador gerencial específico para permitir rastreabilidade, transparência e agilidade no monitoramento dos programas e ações orçamentárias do III Plansan e com recortes interseccionais.
  8. Consolidação de uma agenda de trabalho estruturada e intersetorial para superar o déficit orçamentário das ações discricionárias e estruturantes de SAN, a partir da construção colaborativa, propositiva e articulada com o Consea.

Documento aprovado na 4<sup>a</sup> Reunião Plenária Ordinária  
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA  
Brasília, 9 de dezembro de 2025.